



# ASPI-UFF

11 anos Abril 2004 - Ano XII - Nº 3

## Brasília sedia o VII Encontro Nacional da FENAFE

A Federação Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas (FENAFE) realizará, de 29 a 31 de março próximo, no auditório do Plaza Bittar Hotel, o VII Encontro Nacional dos Dirigentes da FENAFE.

O Encontro é um momento privilegiado de discussão, em nível nacional, das questões que afetam os inativos e pensionistas do Serviço Público, tendo em vista a situação em que se encontram em função da Reforma da Previdência e das novas ameaças que pairam sobre as cabeças dos aposentados das Universidades Federais em face dos rumores da Reforma Universitária.

Para o Encontro, foram convidadas todas as entidades representativas, mesmo as não afiliadas da Federação, pois, segundo a Prof<sup>a</sup> Aidyl – presidente da FENAFE e da ASPI-UFF –, é preciso “unir forças em prol de nossos direitos hoje seriamente ameaçados”.

A programação do evento será a seguinte: no dia 29, recepção aos Delegados; no dia 30, pela manhã, após Abertura do Encontro, será instalada a Assembléia Geral e Apresentação dos Delegados. A seguir, haverá a Reunião da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e a Apreciação do Relatório da Diretoria e da Prestação de Contas. Após o almoço, haverá uma avaliação da situação atual, a mesa-redonda “A Reforma Universitária e os aposentados e pensionistas”, com os palestrantes professores Luiz Carlos Lucas, presidente da ANDES e Wrana Maria Panuzzi, presidente da ANDIFES, e debates.

Iniciando os trabalhos do dia 31, o professor José Carlos Almeida, que apresentará o “Projeto Consultoria Master”. Ainda pela manhã, haverá o painel “Situação atual – informes de ação”, com a presença dos Drs. Edson Guilherme Haubert, presidente do MOSAP e Luiz Fernando Faria Macedo, advogado. Nesta sessão serão apresentadas sugestões para a “Carta de Brasília”.

Finalizando o evento, haverá a Plenária que tratará da aprovação do Plano de Ação e da Previsão Orçamentária (2004/2005), a determinação do local da próxima Assembléia e uma Agenda para visitas às filiadas.

*Jamais se desespere em meio às mais sombrias aflições de sua vida, pois das nuvens mais negras cai água límpida e fecunda.*

Provérbio chinês

# Notícias

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO  
DOS PROFESSORES INATIVOS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

# Editorial

Abril chegou. E com ele as comemorações da Páscoa.

Nosso Boletim traz, então, mensagens de Fé e de Esperança, além dos assuntos que, cotidianamente, nos vêm preocupando: a ainda não acabada Reforma da Previdência, a taxação dos inativos, a Reforma Universitária e os processos judiciais que estão sendo impetrados em todo o país...

## Campanha da Fraternidade 2004: Água – fonte de vida

Surgida durante o desenvolvimento do Concílio Vaticano II (1962-65), a Campanha da Fraternidade nasceu voltada para a renovação interna da Igreja.

Numa segunda fase, “a reflexão sobre a realidade latino-americana, marcada pela injustiça, pela exclusão e por índices sempre mais altos de miséria”, levou a Igreja a enfrentar “o desafio da pobreza e da urgente presença transformadora nas estruturas sociais”.

A primeira das Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano, após o período conciliar, em Medellín (1968), foi convocada para a implementação do Concílio, no Continente.

A Conferência de Puebla, dez anos depois, acentuou ainda mais a dimensão social da fé e da vivência cristã, a fim de superar a situação de marginalização, opressão e exclusão em que vive a maioria do povo, criando-se um clima de comunhão e participação.”

A terceira fase, a partir de 85, marca a preocupação da Igreja quanto à situação existencial do povo brasileiro, abordando temas como a fome, a questão dos indígenas, dos excluídos e marginalizados, da terra, do negro, da moradia, da mulher, da dignidade humana e paz, que são sugeridos pelas dioceses, paróquias e comunidades.

Esses temas buscam gerar reflexões e contribuir para diminuir as deficiências e desigualdades, na busca de um mundo melhor e mais fraterno, compreendendo “a educação e a conscientização da população” como um caminho eficiente.

Este ano, a CF aborda a água como fonte de vida que, por má gestão, contaminação e desperdício, é inacessível a uma grande parte da população. Segundo a Campanha da Fraternidade ([www.cf.org.br](http://www.cf.org.br)) “o principal objetivo deste trabalho é fornecer informações focadas para o problema ambiental da falta de água potável, assim como soluções que possibilitem o uso racional sem diminuição do conforto”.

Para aprofundarmos o tema, o artigo *Água, está na hora de poupar*, de autoria de Flávia Pegorin.

“ (...)

Parece um contra-senso: o planeta azul onde moramos chama-se Terra, mas é quase todo coberto de água. Mais precisamente, dois terços da superfície, ou 71%. A contradição não pára por aí. Apesar dessa abundância líquida – ou talvez por causa dela –, o mundo vive tempo de seca. Esbanja-se um bem que, aprende-se a duras penas, nem sempre é encontrado onde se precisa e muitas vezes não tem a qualidade necessária para ser utilizado.

(Continua na p. 4)

Neste mês, para a nossa homenagem, trazemos uma figura internacional que deixou saudades em todos os corações e que, em sua passagem, foi semeando a paz, a fé e a caridade, dando-nos exemplos de amor “aos pobres dos pobres”, a quem dedicou sua existência. Falamos da “Apóstola da Paz”: Madre Teresa de Calcutá.

Nascida albanesa (ao sul da antiga Iugoslávia), em 1910, Agnes Gonxha Bojaxhiu era a mais nova de três irmãos. Possuía uma bela voz e logo fez parte do coro da igreja de sua pequena aldeia, na Croácia.

Ingressou na Congregação Mariana, onde foi aperfeiçoando sua formação cristã e abrindo seu coração às necessidades do mundo, tendo se impressionado fortemente com as cartas que os missionários jesuítas da Índia escreviam. A miséria material e espiritual de tanta gente tocava o seu coração.

Aos 18 anos, decidiu consagrar-se a Deus, entrando para a Casa Mãe das Irmãs de Nossa Senhora de Loreto, em Rathfarnham, perto de Dublin (Irlanda).

Um dia especial, porém, estava reservado para ela, tendo ficado marcado na história das Missionárias da Caridade e, obviamente, no livro da vida da Madre Teresa como o “dia da inspiração”. Relatou-o assim:

“Em 1946, ia de Calcutá a Darjeeling, de trem, para fazer o meu retiro. Nunca é fácil dormir nos trens, mas tentar fazê-lo num trem da Índia é impossível: tudo range, há um penetrante odor de sujidade pelo amontoamento de homens e animais, todo um detrito de humanidade, cestos, galinhas cacarejando... Naquele trem, aos meus 36 anos, percebi no meu interior uma chamada para que renunciasse a tudo e seguisse Cristo nos subúrbios, a fim de servi-lo entre os mais pobres dos pobres. Compreendi que Deus desejava isso de mim...” E foi o que fez, até o fim. Partindo, deixou-nos uma belíssima mensagem de amor:

### VIVA A VIDA

A vida é uma oportunidade, aproveite-a... /A vida é beleza, admire-a... /A vida é felicidade, deguste-a... /A vida é um sonho, torne-o realidade... /A vida é um desafio, enfrente-o... /A vida é um dever, cumpra-o... /A vida é um jogo, jogue-o... /A vida é preciosa, cuide dela... /A vida é uma riqueza, conserve-a... /A vida é amor, goze-o... /A vida é um mistério, descubra-o... /A vida é promessa, cumpra a... /A vida é tristeza, supere-a... /A vida é um hino, cante-o... /A vida é uma luta, aceite-a... /A vida é aventura, arrisque-a... /A vida é alegria, mereça-a... A vida é vida, defenda-a...

(Madre Teresa de Calcutá, Prêmio Nobel da Paz 1979)“

Fonte: [www.catholicnet.com.br/madreteresa](http://www.catholicnet.com.br/madreteresa).

Acesso em 2/3/04

*Crie oportunidades para ser feliz:  
frequente a ASPI*

## Reajuste do servidor público federal

Depois de mais de um ano de discussões, o governo federal apresentou à Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), na reunião de 19/2, três hipóteses para recomposição salarial do servidor público federal, limitadas pelo montante de R\$ 1,5 bilhão disponíveis no orçamento de 2004 destinados para tal fim: um reajuste linear de 2,67% para todos; reajuste diferenciado por categoria, através de vantagem pecuniária, a exemplo do ano passado; e reajuste linear mais abaixo do que o determinado na segunda hipótese, acrescentando a gratificação de desempenho “para um segmento numericamente expressivo dos servidores públicos federais”, o qual possui menor salário.

Segundo o *Informe da Audiência com o Governo*, do CONDSEF (26/2), “nenhuma das hipóteses apresentadas pelo governo atende aos pontos de nossa pauta de reivindicações, protocolada em 19 de fevereiro de 2003, na Casa Civil da Presidência da República e na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), instalada em 26 de fevereiro de 2003.

Como agravante, uma das hipóteses apresentadas vai de encontro à nossa reivindicação de incorporação das gratificações produtivistas, com **tratamento diferencial e prejudicial aos aposentados e pensionistas** (grifo nosso)”.  
**tratamento diferencial e prejudicial aos aposentados e pensionistas** (grifo nosso)”.  
 Ainda de acordo com o relatório do CONDF, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, questionado sobre uma possível suplementação ao Orçamento, a fim de atender à pauta de reivindicações, também negou essa possibilidade e vinculou as reposições das perdas dos servidores ao superávit primário, explicando que os reajustes só podem acontecer se houver crescimento econômico no país e que cada ponto percentual representa R\$ 560 milhões, o que significa que o aporte destinado pelo governo para fazer a reposição é insuficiente para reverter as perdas do funcionalismo com base no cálculo da inflação.

De acordo como a *Anasps Online* (Edição n.º 358), “a previsão de gastos com a folha de pagamento da União em 2004 é de R\$ 84,5 bilhões, sendo R\$ 3,6 bilhões do Poder Legislativo, R\$ 12,4 bilhões do Poder Judiciário e R\$ 68,3 bilhões do Poder Executivo, para as despesas de 1,8 milhão de servidores públicos ativos e aposentados, civis e militares.

O total de R\$ 84,5 bilhões significa um crescimento nominal de R\$ 6 bilhões em relação ao executado em 2003 que foi de R\$ 79 bilhões. Entretanto, essa disponibilidade de R\$ 6 bilhões nominais está comprometida em R\$ 2 bilhões com o pagamento de precatórios judiciais, R\$ 739 milhões com o crescimento vegetativo da folha e R\$ 1,1 bilhão com o Plano de Cargos e salários do Poder Judiciário aprovado no final de 2002.

O restante, R\$ 2,2 bilhões, está proposto no Orçamento da seguinte maneira: R\$ 1,5 bilhão para a recomposição salarial geral; R\$ 295 milhões para o melhoramento dos benefícios como auxílio-alimentação, auxílio-creche e saúde; R\$ 294 milhões para a realização de concursos; e R\$ 154 milhões para reestruturação de carreiras.”

### A visão do ANDES

Para o vice-presidente do ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes, José Domingues, “a proposta vai jogar gasolina na fogueira”. Informou que já há um indicativo de greve para abril e tudo indica que na plenária do fórum que reúne as entidades de servidores, no dia 16, será marcada uma data.

Domingues denuncia que “o grupo interministerial criado pelo presidente Lula para negociar com os servidores e que atende pelo nome pomposo de “Mesa Nacional de Negociação Permanente” é uma “grande enrolação”, explicando que, após um ano de negociações, nada aconteceu... “Que nome

(Continua na página 4)

Publicação do Departamento  
de Difusão Cultural da  
Associação dos Professores Inativos  
da Universidade Federal Fluminense

Jornalista responsável:

Neusa Pinto – Reg. MTPS nº 12.255

Equipe de redação:

Ceres Marques de Moraes,  
Ana Maria dos Santos e Neusa Pinto

Data de fundação da ASPI-UFF:

14 de julho de 1992.

Sede:

R. Passo da Pátria, 19 – São Domingos,  
CEP 24210-240 – Niterói, RJ

Tel.: (21) 2622-9199

Telefax: (21) 2622-1675

E-mail: [aspiuff@urbi.com.br](mailto:aspiuff@urbi.com.br)

ou [aspiuff@veloxmail.com.br](mailto:aspiuff@veloxmail.com.br)

Site: <http://users.urbi.com.br/aspiuff/>

Diretoria Biênio 2002/2004

Presidente:

Aidyl de Carvalho Preis

1º Vice-Presidente:

Joaquim Cardoso Lemos

2º Vice-Presidente:

Lúcia Molina Trajano da Costa

1ª Secretária:

Magaly Lucinda Belchior da Mota

2ª Secretária:

Léa Souza Della Nina

1ª Tesoureira:

Dalva Regina dos Prazeres Gonçalves

2ª Tesoureira:

Celina Tavares Coelho da Silva

Conselho Deliberativo (membros efetivos):

Sheilah Rubino de Oliveira Kellner – Presidente

Acrisio Ramos Scorzelli – Vice-Presidente

Teresinha de Jesus Gomes Lankenau – 1ª Secretária

Ilka Dias de Castro

Hilda Faria

Isar Trajano da Costa

Salvador Alves Pereira

Luiz César Aguiar Bittencourt Silva

Jorge Fernando Loretto

Ana Maria dos Santos

Conselho Fiscal (membros efetivos):

Maria Helena de Lacerda Nogueira – Pres. em exercício

Amanda Celeste Pimentel

Ana Pedreira Boechat – Secretária

Maria Therezinha A. Lyra

Nésio Brasil Alcântara

Departamento de Saúde:

equipe liderada por

Maísa F. de C. Araújo

Departamento de Assuntos Acadêmicos:

Marylena Carvalho

Departamento de Direitos:

Maria Nazareth Martins Ramos

Departamento de Difusão Cultural:

Ceres Marques de Moraes

Departamento de Integração Comunitária:

Maria de Lourdes Caliman

Departamento de Lazer

e Promoção Social:

Respondendo pelo expediente:

Léa Souza Della Nina

Projeto Gráfico:

Cecília Jucá de Hollanda

Revisão:

Damião Nascimento

Serviços Gráficos:

Gráfica Falcão

## Reajuste do servidor... (Continuação da página 3)

dar, senão enrolação?”, afirmou o vice-presidente do Andes.

Segundo ele, quando o governo anunciou em 2003 que o reajuste não passaria de 1%, “o governo tentou criar a expectativa de que, em 2004, com um novo Orçamento, a situação poderia mudar. Até uma política de recuperação das chamadas “perdas históricas” entraria na pauta da comissão interministerial”. Este ano, no entanto, o governo, sem discutir com o funcionalismo, reservou apenas R\$ 1,5 bilhão no orçamento para o reajuste, o que significa uma recomposição salarial de, no máximo, 2,67%, diante de uma inflação medida pelo IPCA que ficou em 9,29%.

Fonte: Sérgio Gobetti *O Estado de S. Paulo*, 20.2.04.  
In: [www.bancariosdf.com.br](http://www.bancariosdf.com.br) Sindicato dos Bancários de Brasília. Acesso em 18/3/04.

## Campanha da Fraternidade... (Continuação da página 2)

De toda a água existente na Terra, apenas 2,5% é fresca, ou, como se costuma dizer, doce. Mesmo esse valor não pode ser todo aproveitado, pois mais de 70% estão nas geleiras polares. Restam 0,75% para dividir entre os 6 bilhões de humanos. Parece pouco, não? Infelizmente, a conta pode ficar pior. Segundo a Organização das Nações Unidas, no último meio século, a disponibilidade de água por ser humano diminuiu 60%. Enquanto isso, a população aumentou 50%. Como se pode matar a sede de tanta gente? A resposta, em alguns casos, tem sido procurar onde ela existe em excesso para abastecer as regiões mais esturricadas. Em Los Angeles, na costa oeste americana, por exemplo, onde a chuva é tão rara que virou notícia, a prefeitura vai buscá-la cada vez mais longe – a centenas de quilômetros de distância, quase na fronteira com o Canadá. Em outros lugares, nem isso é possível. Na Cidade do México, os cerca de 20 milhões de habitantes assistem impotentes à diminuição de mais de três metros por ano do lençol freático principal.

### Dados assustadores

Moradores de grandes metrópoles, como a Cidade do México, São Paulo e Rio de Janeiro têm motivos de sobra para se preocupar. Setenta por cento da água nesses lugares costuma ser mal aproveitada. E por falar em estatísticas apavorantes, a ONU estima que 5,3 milhões de pessoas, na maioria crianças, morrem todo ano por doenças causadas por água contaminada. O Ministério da Saúde adaptou essa conta à realidade brasileira: 30% das mortes de crianças com menos de um ano de vida se devem à diarreia e 65% das internações pediátricas são causadas por doenças também relacionadas à água.

Volta-se à impressão inicial de contra-senso. Desde que a vida surgiu na Terra, há pouco mais de 3,5 bilhões de anos, a água foi fundamental como base da alimentação dos organismos e como meio de desenvolvimento de plantas e animais. Ela é tão bem aproveitada que, ao longo de milhões de anos, o mesmo estoque original em movimento alimentares, lagos e aquíferos ou reservatórios subterrâneos no chamado ciclo hidrológico.

(Continua na p. 7)

## Dia Mundial de Oração

Foi um sucesso a comemoração, na ASPI, do *Dia Mundial de Oração*.

O evento ecumênico, a exemplo de outros similares acontecidos no mundo inteiro, foi realizado no dia 6 de março próximo passado, contou com a presença de aspianos e de convidados de vários credos e mostrou, pela unidade de sentimentos pela Paz, que um mundo melhor ainda é possível e só depende de cada um de nós.

O primoroso programa do evento, organizado pelas professoras Lúcia Molina Trajano da Costa e Emília de Jesus Ferreira, e que constou de salmos, leitura de belíssimas passagens do Evangelho, orações e cânticos acompanhados pela sonoridade do teclado da professora Maria Leticia Marques de Moraes, enterneceu a todos os presentes.

À mesa, compondo o simbólico ritual, o pão, as uvas e a vela, símbolos de partilha, união e fé. Ao final, uma confraternização “regada” a deliciosos sucos e uma mesa de frutas da época, doces e salgadinhos, que fecharam o evento com chave de ouro...

## Plano de Saúde UNIMED

Atenção aspianos: até 30/4/2004, a UNIMED estará aceitando, sem carência, adesões de aspianos e dependentes ao seu Plano de Saúde.

Os interessados deverão apresentar, no ato da inscrição, cópias da carteira de identidade, CPF, comprovante de residência, certidão de casamento e de nascimento (no caso de filhos). Mais informações, contatar a ASPI: (21) 2622-1675 e 2622-9199.

## Associação Fluminense de Reabilitação e PROPP convidam aspianos

A partir de março, a Associação Fluminense de Reabilitação passou a contar com a atuação do Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP) que, dentre outras atribuições, orienta bolsistas do Programa de Bolsa Educacional. Os bolsistas devem ser graduados em Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia (eletroterapia, terapia ocupacional, geral, correção postural, respiratória) e Neurologia infantil - disciplinas da área de reabilitação. Os aspianos interessados em contribuir com trabalho voluntário nessa orientação podem entrar em contato com o NEP pelo telefone 2109-2626, ramais 245 e 239, pelo fax 2711-8940, ou pelo e-mail [afrcursos@nitnet.com.br](mailto:afrcursos@nitnet.com.br)

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFF também está convidando professores aposentados da ASPI para ministrar cursos remunerados de alemão (para advogados) e inglês (para alunos de pós-graduação). Contatos já poderão ser feitos com a sra. Vanessa, secretária do Pró-Reitor, Prof. Sidney Mello, pelo telefone 2721-1600.

## Nota de Falecimento

Com profundo pesar, comunicamos o falecimento dos professores **Lúcia Cunha Carvalho**, **Sylvio Thales Torres** e **Mário Negreiro dos Anjos**.

Que o Senhor, Deus da Vida, os receba em Sua glória e dê, aos familiares e amigos, o conforto da fé.

## Campanha Nacional de Vacinação do Idoso

Abril é tempo de vacinação contra a gripe.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil foi o primeiro país do mundo a alcançar a meta que recomenda a vacinação contra a gripe de 70% dos idosos, por conta de uma possível epidemia.

“Vale tudo para não enfrentar essa gripe, podem ter certeza. E, justiça seja feita, nenhum ministro até agora falou em eutanásia participativa ou num programa Velhos Zero. Acho que até mesmo devido à gorada iniciativa do Ministério da Previdência nessa área, isso ainda é coisa para mais pelo menos uns dois anos”, comenta João Ubaldo Ribeiro (*O Globo*, 7/3/04, p. 7).

Se você tem 60 anos ou mais, vacine-se contra a gripe: de 12 a 30 de abril, nos postos de saúde.

## Empréstimo para servidor é ampliado

O secretário-executivo Nelson Machado, o secretário de Recursos Humanos Sérgio Mendonça, do Ministério do Planejamento, e o vice-presidente de Segmentos e Distribuição da Caixa Econômica Federal, João Carlos Garcia, assinaram convênio hoje [2/3] estendendo para os servidores públicos federais de todo o país empréstimo a juros subsidiados existente desde 2000 entre a CEF e os órgãos da administração pública sediados em Brasília. O novo benefício, chamado de **CAIXA CONSIGNAÇÃO**, segue exemplo do **BB CONSIGNAÇÃO**, lançado no dia 26 de janeiro, e oferece empréstimo com juros abaixo do mercado e desconto na folha de pagamento.

Os servidores interessados devem se dirigir à agência da Caixa mais próxima ou onde tiver conta, uma vez que o sistema ainda não está preparado para atender nos terminais eletrônicos. Servidores com dois contracheques devem obter, do órgão onde recebem o pagamento principal, declaração atestando sua margem consignável.

## Balanco do BB Consignação

O Banco do Brasil já superou os problemas iniciais do sistema que estava impedindo que servidores com duas fontes de pagamento pudessem retirar o empréstimo. Portanto, não existem mais obstáculos para servidores com dois contracheques e os interessados podem se dirigir aos terminais de atendimento do banco.

Desde o dia do lançamento, em 26 de janeiro, até o dia 18 de fevereiro, o Banco do Brasil registrou 24.519 operações, no valor de R\$ 94 milhões, o que mostra o êxito da iniciativa do governo no empenho para oferecer benefícios ao servidor.

Fonte: [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br). Brasília, 20/2/2004. Acesso em 2/3/04

## Mudanças no IR

Desde 8 de março está disponível a nova versão *on line* do Imposto de Renda Pessoa Física 2004, ano-base 2003, trazendo

algumas mudanças importantes: além da nova disposição dos ícones principais, também é possível acionar uma opção que informa os detalhes da declaração. Segundo informações da [invertia.terra.com.br](http://invertia.terra.com.br) (12/3/04), a partir do dia 15 a Receita incluirá uma versão “multiplataforma”, que permitirá o acesso por usuários de outros sistemas operacionais além do Windows, como o Linux, Macintosh e o Solaris.

O prazo para a entrega vai até o dia 30 de abril, e quem o perder pagará multa mínima de R\$ 165,74 e máxima de 20% sobre o imposto devido. Estão obrigados a declarar os contribuintes que receberam em 2003 rendimentos tributáveis superiores a R\$ 12.696. A expectativa da Receita é receber entre 17,5 milhões e 18 milhões de declarações.

## Aumento da carga tributária

Segundo a *Folha Online* (4/3), “a carga tributária *per capita* cresceu 341,46% na última década. Descontando a inflação, o aumento foi de 56,74%. Em 1993, cada brasileiro pagava, em média, R\$ 700,51 em impostos e contribuições ao governo. No ano passado, os impostos pagos pelos brasileiros alcançaram, em média, R\$ 3.092,47, segundo estudo divulgado hoje [4/4] pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário). Ao mesmo tempo em que pagou mais impostos, o brasileiro recebeu menos salário em 2003.”

Ainda segundo aquele Instituto, em 2003 a arrecadação *per capita*, para uma população estimada em 177 milhões de pessoas, registrou um aumento nominal de 13,56%, enquanto a arrecadação tributária das três esferas governamentais chegou a R\$ 546,97 bilhões. Em 2002, com uma população de 175 milhões de pessoas, a arrecadação foi de R\$ 481,71 bilhões.

## CNESF cria GT sobre assuntos de Aposentados e Pensionistas

Foi criado pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) o Grupo de Trabalho para aprofundar estudos, aprimorar o conteúdo das reivindicações sobre assuntos de aposentados e pensionistas dos servidores públicos federais e divulgar informações e acontecimentos para que os servidores públicos federais, principalmente os das bases da CNESF, não fiquem à margem dos acontecimentos relevantes que acontecem, principalmente em Brasília.

Fonte: [www.fenafisp.org.br/noticias](http://www.fenafisp.org.br/noticias). Informativo Semanal. Informe nº 8, semana de 23 a 27 de fevereiro de 2004

## Taxação de inativos

O deputado Onix Lorenzoni (RS), vice-líder do PFL e integrante da Comissão Especial da PEC Paralela, que é contra a cobrança dos servidores aposentados, considerada por ele inconstitucional, prevê que a taxaçoão deverá ser mantida, pois “o governo tem uma maioria sólida. Sou vice-líder do mais importante partido de oposição e temos a consciência de que não temos os votos para mudar o texto”. Segundo o deputado, “a única maneira de evitar a taxaçoão dos inativos é recorrer ao Supremo Tribunal Federal, como seu partido já fez”.

Contestando que a taxaço seja inconstitucional, o deputado Professor Luizinho (PT-SP), vice-líder do governo, lembrou que a medida foi fruto de uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso: “O PFL deveria saber o que foi votado na Casa. Ele sabe que votamos a permissão e o direito de cobrança dos inativos. Se o presidente da República editar a Medida Provisória, ele estará regulamentando o que já aprovamos de alteração constitucional.”

Fonte: Agência Câmara. In <http://www.oabmg.org.br>. Acesso em 12/3/04

### Para uma Justiça mais ágil

O desembargador Cláudio Baldino Maciel, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), acompanhado de um grupo de juízes, entregou hoje (10/3/04) aos presidentes do Senado Federal, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, um conjunto de 17 propostas para alterar a legislação ordinária e tornar o Poder Judiciário mais ágil e efetivo.

Dentre as sugestões, elaboradas pela Comissão para a Efetividade da Justiça da AMB, estão a que agiliza o pagamento de precatórios pelo poder público, a que qualifica como ato de improbidade o retardamento ou não pagamento de precatórios (que pode deixar o governante inelegível), a que estabelece a prisão por descumprimento de ordem judicial, e a que institui juros progressivos para quem recorre de decisões judiciais como forma de atrasar o pagamento de dívidas ou cumprimento de contratos e leis e o apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 608, de 1999, do ex-senador Lúcio Alcântara, que institui a **penhora administrativa**. A proposição encontra-se arquivada no Senado Federal.

Fonte: [www.amb.com.br](http://www.amb.com.br). Acesso em 11/3/04

### AGU entrega no STF Memorial sobre cobrança previdenciária dos servidores inativos

O ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, advogado-geral da União, entregou ao ministro Maurício Corrêa, presidente do STF, em 29/12, um memorial para subsidiar qualquer decisão que possa tomar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.099, do PDT, sobre a contribuição previdenciária para os servidores inativos e pensionistas.

A Advocacia-Geral da União (AGU) argumenta que a Emenda Constitucional ainda não foi publicada, impossibilitando “fazer o controle de constitucionalidade de um ato que ainda não entrou no ordenamento jurídico.”

Fonte: <http://www.anasps.org.br>. Ano VII, Edição n.º 357, Brasília, 2 de março de 2004. Acesso 9/3/04

### Justiça nega liminar para suspender contribuição de servidores inativos

Acatando argumentos oferecidos pela AGU, 4ª Região (RS), o juiz Andrei Pitten Velloso, da 2ª Vara Federal de Porto Alegre, negou o pedido de liminar proposto por uma servidora pública aposentada, considerando a cobrança legal, porque foi instituída pela Emenda Constitucional 41/03. Destacou que “a decisão do STF que declarou a inconstitucionalidade da contribuição dos inativos anteriormente ao advento da EC 41/03, não é aplicável ao caso, por ter-se alterado o contexto constitucional. Naquele precedente se reconheceu a falta da necessária matriz constitucional, a qual passou a existir com o advento da EC 41/03”.

O magistrado também concordou com a defesa dos advogados da União de que não há direito adquirido a um determinado regime tributário, pois “entendimento diverso importaria na declaração de inconstitucionalidade de qualquer majoração de alíquota e, inclusive, alteração do sistema de deduções do imposto de renda, o que não é admitido de forma alguma pela melhor doutrina e pela jurisprudência”.

Outro ponto defendido pela AGU, e com o qual o juiz concordou, é de que a Constituição Federal garante a irredutibilidade dos vencimentos, mas não impede o aumento de cargas tributárias, uma vez que o contribuinte não tem direito de impedir o Poder Público de aumentar tributos. “A relação tributária pode levar à redução do valor líquido dos vencimentos e dos proventos, sem que haja com isso, qualquer ofensa à Constituição Federal”, ressaltou Andrei Velloso.

Fonte: <http://www.anasps.org.br>. Ano VII, Edição n.º 358 Brasília, 5/3/04. Acesso em 9/3/04.

### ASPI-UFF recebe novos aspianos

Fruto do reconhecimento dos professores aposentados quanto ao sério trabalho que a ASPI vem desenvolvendo, principalmente na luta para salvaguardar direitos adquiridos, é cada vez maior o número de adesões à Associação, que recebeu, nos últimos dias, os mais novos aspianos: Acyr de Paula Lobo, Alderico Mendonça Filho, Ana Maria Lopes Pereira, Clarice Muhlethaler de Souza, Eliane Regina de Araújo Martins Romêo, Elias Amim Filho, Jamile Chaiban E-Kareh, José Antonio Bastos de Carvalho, Kátia Lima Dal Bello, Luiz Olympio Vasconcellos, Marcos Antonio Matos Santiago, Marcos da Rocha Vaz, Mariléa Abunahman Matuck, Nylce de Lima Pedreira de Cerqueira, Tereza Marques de Oliveira Lima, Therezinha de Jesus da Silva Rodrigues, Walter Ronaldo Nunes e Yedo José da Fonseca.

Sejam bem-vindos à nossa Casa!

*Viva com entusiasmo: faça amigos  
Que tal frequentar a ASPI?*

# ASPI sai em defesa de seus associados e obtém liminar

A ASPI-UFF iniciou, em março, providências para impetrar mandado de segurança coletivo, em nome de seus associados, visando ao não desconto da contribuição para a seguridade social (PSS) dos inativos, na alíquota de 11%, sobre o valor que superar R\$ 1.440,00, instituída pela Emenda Constitucional 41/2003.

E, já temos motivos para comemorar: a ASPI obteve, no TRF da 2ª Região, a “liminar com efeito suspensivo ativo” contra a contribuição previdenciária.

Publicamos, na íntegra, o despacho de S. Exa. o desembargador federal Chalu Barbosa:

“Acredito que o Governo atual tem fé e convicção democrática e, assim sendo, vai defender corajosamente os principais princípios que, na nossa Constituição, são os esteios da ordem democrática:

A prevalência do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada, qual seja: “o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.” (Art. 5º, inciso XXXVI da Carta Magna).

O ato jurídico perfeito, no caso, foi o ato de aposentadoria dos associados que aconteceu por atender os requisitos legais da época de sua efetivação e se regula, pois, pela legislação vigente na época.

Como bem disse o Des. Fed. Carreira Alvim:

“O poder do Poder Público alterar o regime jurídico estatutário não significa que possa atropelar o preceito constitucional que tutela o direito adquirido sob pena de instaurar a instabilidade na ordem jurídica, o que é contrário ao princípio da segurança jurídica que vincula especialmente quem tem o dever constitucional de preservá-lo”.

E complementa o ilustre jurista premiado recentemente pelo Senado da República Francesa em sessão plenária:

Sendo o Brasil um País democrático.

“O Poder Público precisa compreender que a Constituição de 1988 é o ocaso do sistema tutelar dos poderes autoritários do Estado e a marca do sistema dos privados das garantias dos direitos individuais na sua mais ampla perspectiva social, política e cultural.

Os proventos dos Suplicantes são imunes a qualquer desconto para a Previdência Social, uma vez que pagaram tal contribuição durante longos e sacrificados anos de trabalho. Aplica-se no caso a Súmula 359 do Supremo Tribunal Federal:

Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar ou servidor civil reuniu os requisitos necessários, inclusive a apresentação do requerimento quando a inatividade for voluntária.

É óbvio que a nova legislação só pode atingir como destinatários os servidores que se aposentam posteriormente. Sei perfeitamente que o presidente da República, com ato autoritário apoiado por uma maioria parlamentar e algum dispositivo militar como sói acontecer vez por outra no Brasil, pode impor o desconto até mesmo determinando o fechamento dos Tribunais e a prisão dos seus membros. Mas não acredito que o faça contrariando suas origens nem a tradição da democracia que vem acompanhando o Brasil no curso de vários governos. Até porque cláusula pétrea do inciso IV da § 4º do art. 60 da Constituição é incontornável:

Art. 60:

§ 4º. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

IV Os direitos e garantias individuais.

Não pode o Chefe do Executivo rasgar a Constituição para ele próprio ditar o que é ou não constitucional. Tal atitude seria mais digna de um Idi Amim Dada ou de um Papa Doc, e não de um luminar da democracia da América Latina, provável membro do Conselho de Segurança da ONU.

Com razão acrescenta a Impetrante [a ASPI-UFF] o disposto no § 3º do EC 41, bem como o § 8º e o 17 e ainda o art. 6º e par. Único do EC 41.

Isto posto, concedo o efeito suspensivo ativo para deferir a liminar postulada no processo (...).”

## Campanha da... (Continuação da página 4)

### O vaivém do abastecimento. Como ocorre a reciclagem das águas

O nome pomposo de ciclo hidrológico foi dado à permanente reposição das águas de rios, lagos e lençóis subterrâneos. O calor do sol provoca a evaporação da água, principalmente dos oceanos, que a seguir se concentra nas nuvens. Na forma de chuva ou neve, a água chega à superfície do planeta. Esse processo cria uma “reciclagem” de quase 500 mil km<sup>3</sup> de água por ano. É uma pequena parte dessa água – em torno de nove mil km<sup>3</sup> – que a população aproveita para consumo ou uso em atividades agroindustriais. Apesar de ser mal distribuída entre os países, até pouco tempo atrás, isso era suficiente para atender à demanda. Hoje, com seis bilhões de habitantes no planeta, a reserva está em estado crítico.

### O que serve para matar a sede. Só uma pequena porcentagem de água é usada para consumo

Na conta final, a humanidade tem, disponível, cerca de 0,75%

de água doce para suprir suas necessidades. Mesmo parecendo pouco, esse total seria suficiente. Se não houvesse, é claro, desperdício e poluição.

Bacias privilegiadas	Descarga Média (m <sup>3</sup> /s)
Amazonas	212.000
La Plata	42.000
Congo	38.800
Orinoco	28.000
Mekong	13.500

Mas, para que esse ciclo não se altere, é preciso preservar as florestas, nas quais os mananciais ficam protegidos, e os oceanos, de onde se evapora boa parte da água que abastece, mais tarde, rios, lagos e mananciais. É aí que o problema entorna: o homem gasta à toa, suja, envenena e não preserva os ecossistemas que poderiam alimentar a ciranda aquática.

Fonte: Revista *Galileu*, jun 2001, ano10, nº 119, p. 41-42

fpegorin@edglobo.com.br.

(continua no próximo número)

# Reforma Universitária

Plantando intransigência na comunidade acadêmica, a proposta da reforma universitária é apresentada pelo ministro da Educação, Tarso Genro, como uma das prioridades do governo, que quer finalizar até novembro o projeto da Lei Orgânica do Ensino Superior, quando será encaminhado ao Congresso.

Essa proposta, denuncia Roberto Leher,\* foi construída “a partir de um tripé constituído pelo Banco Mundial, pelo próprio governo Lula da Silva e por uma ONG francesa, a ORUS” e, se for aprovada, “estragalhará a concepção de universidade da Constituição Federal de 1988 e o futuro dessas instituições”. Este projeto, similar à proposta de reforma de Claude Allègre, no período de conversão neoliberal de Mitterrand, que pretendia adequar os liceus e universidades às necessidades empresariais, e que não “vingou” pela intensa oposição dos sindicatos e intelectuais, como Piere Bourdieu e outros, já é alvo de acirradas críticas na comunidade universitária brasileira, que está se mobilizando para alterar seu conteúdo.

Para Leher, “está sendo erigido um falso consenso” na forma como o processo vem sendo conduzido, o que representará a “vitória de um projeto asperamente combatido por sindicatos, estudantes, reitores, entidades científicas, fóruns de educadores e partidos, no curso da última década: a conexão com o mercado e, mais amplamente, a conversão da educação em um mercado. E, não menos relevante, será mais uma oportunidade perdida de reforma verdadeira dessas instituições que, ao longo de sua breve, mas intensa história, ainda não viveram um processo democrático de reforma, a partir de seus protagonistas, para afirmá-la como instituição pública, gratuita, autônoma, universal, locus de socialização e de produção de conhecimento novo”.

## Classe dominante pratica política subalterna

Leher analisa que, “ao assinar um acordo com o FMI, o país “flexibiliza” a sua soberania chegando, até mesmo, a mudar

seus textos constitucionais para atender “as condicionantes inscritas nesses acordos”, como fizeram a Argentina, o Brasil e o México, tristes exemplos dessa situação (...)”. E, na área educacional, “é sobejamente conhecido que as políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial contribuíram para inviabilizar a educação e em particular as universidades da África subsaariana e, no caso da América Latina, impediram que os governos mantivessem as universidades entre as prioridades das políticas públicas, contrapondo o direito aos conhecimentos científico, tecnológico e artístico à alfabetização e às primeiras letras, estas últimas tidas apenas como ações focalizadas para os que foram eleitos como os mais pobres. Como desdobramento, o fornecimento privado conheceu um crescimento colossal no Brasil (...)”

Apresentando dados do relatório anual da UNCTAD (2003), Leher mostra como “países como Argentina e Brasil passaram a conhecer um processo de desindustrialização, enquanto outros, como o México, vivem uma industrialização de enclave (maquilas)”, sendo “muito importante observar que essa política subalterna é praticada pela coalização de classes dominantes locais, dirigidas em conformidade com os centros hegemônicos do capital. No Brasil, o exemplo mais ilustrativo dessa situação pode ser simbolizado pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles[4] que, junto com os ministros da agricultura e do desenvolvimento, representa os setores que hoje têm a supremacia na coalizão de governo: financeiro, agrobusiness e *commodities*.”

(Continua no próximo número)

\*“A contra-reforma universitária de Lula da Silva”. Roberto Leher é professor da UFRJ e do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ e foi presidente do ANDES-SN

## Aniversariantes



## Abril

A todos os queridos aspianos, muita Paz, Saúde e Felicidades!

- |                                      |                                       |                                        |
|--------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------------|
| 1 Almir Barbosa                      | 16 Maria Auxiliadora B. P. Rosa       | 23 Nilza Santos                        |
| Carlos Jose Rubini                   | 17 Aniceta Correa da Silva            | Sheilah Rubino de Oliveira Kellner     |
| Luiz Carlos Pereira de Carvalho      | Rodolpho Guilherme Pedreira           | 24 Diva Vasconcellos da Rocha          |
| 2 Francisco José Calazans Falcon     | Yedo José da Fonseca                  | Nesio Brasil Alcântara                 |
| Rubens Rodrigues Ferreira            | 18 Cléa Alves de Figueiredo Fernandes | Thereza Neuma Tostes Freitas           |
| Luciano Hardman Bezerra              | José Arthur Borges Cabral             | 25 Erasto de Carvalho Prestes          |
| 3 Teresinha de Jesus Gomes Lanckenau | Israel Alves Pedrosa                  | Dulcinea Menezes Lima                  |
| 4 Eugenio Duarte Junior              | Ruysday Justino da Cunha              | Valdir Favarin                         |
| 7 Diva Guimarães Rocco               | 19 Amanda Celeste Pimentel            | 27 Vandete Andrade Lima                |
| Donato Sylvestre Scharra             | Antonio Puhl                          | Sheila Maria Garcia Cabral de Carvalho |
| Balina Bello Lima                    | Marcos Grimberg                       | 28 Maria Luiza Braga                   |
| 8 Marcia Japor de Oliveira Garcia    | Elias Amim Filho                      | 29 Rogério Benevento                   |
| 9 Maria Cristina Muniz dos Santos    | Jamil Gedeao                          | Carlos Augusto A. Bittencourt Silva    |
| Marcia Motta Pimenta Velloso         | 20 José Carlos Saddy                  | 30 Sonia Bayão Rodrigues Viana         |
| Tania Maria Marinho Sampaio          | 22 Neuza Therezinha de R. Cavalcante  |                                        |
| 11 Kurt Homburger                    | Dulce Regina Guimarães de Abreu       |                                        |
| 12 Dilma da Costa Santos             | Jorge Rodrigues de Mendonça Fróes     |                                        |